



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UFABC FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 01/2013  
EXTRAORDINÁRIA

1 Aos 14 dias do mês de março do ano de 2013, no horário das 14h, na sala 312-1, Torre 1 -  
2 3º andar, da UFABC Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A,  
3 Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realizou-se a I sessão extraordinária do Conselho  
4 Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2013, previamente convocada e presidida  
5 pelo magnífico reitor, professor Helio Waldman, com a presença dos seguintes  
6 Conselheiros: Gustavo Martini Dalpian, vice-reitor; Alexandre Figueiredo Lago,  
7 representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Álvaro  
8 Batista Dietrich, representante suplente docente do Centro de Engenharia, Modelagem e  
9 Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, diretor do  
10 CCNH; Carlos Alberto Kamienski, pró-reitor de pós-graduação; Derval dos Santos Rosa,  
11 pró-reitor de graduação; Francisco de Assis Comarú, substituto do pró-reitor de extensão;  
12 Gilberto Martins, Diretor do CECS; Guiou Kobayashi, representante docente do Centro  
13 de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Itana Stiubiener, representante  
14 docente do CMCC; Gustavo A. Galati de Oliveira; substituto oficial do pró-reitor de  
15 assuntos comunitários e políticas afirmativas; José Carlos da Silva, representante suplente  
16 dos técnicos administrativos; Josué Silva dos Santos, representante discente de pós-  
17 graduação; Klaus Werner Capelle; pró-reitor de pesquisa; Leonardo Santos Salles  
18 Varallo, representante discente de graduação; Marcelo Busotti Reyes, representante  
19 suplente docente do CMCC; Marcelo Carlos Cunha Breganhola, representante dos  
20 técnicos administrativos; Maurício Bianchi Wojslaw, substituto oficial do pró-reitor de  
21 administração; Maria de Lourdes Merlini Giuliani, representante docente do CMCC;  
22 Maria Gabriela S. Martins C. Marinho, representante docente do CECS; Marcelo Leigui,  
23 representante suplente docente do CCNH; Michel Oliveira da S. Dantas, representante  
24 docente do CECS; Rogério Perino de Oliveira Neves, representante docente do CMCC;  
25 Ronny Mattos, representante dos técnicos administrativos; Rosana Denaldi, pró-reitora de  
26 planejamento e desenvolvimento institucional; Sérgio José Custódio, representante  
27 discente de pós-graduação; Sonia Malmonge, representante docente do CECS; Sydney  
28 Ferreira Santos, representante suplente docente do CECS; Valdecir Marvulle, diretor do  
29 CMCC; Wanius José Garcia da Silva, representante suplente docente do CCNH.  
30 Ausência Justificada: Igor Leite Freire, representante docente do CMCC. Ausentes:  
31 Anderson Orzoni Ribeiro, representante docente do CCNH; Eduardo de Moraes  
32 Gregores, representante docente do CCNH; Fátima Crhistine da Silva, representante dos  
33 servidores técnico-administrativos; Jefferson José da Conceição, representante da  
34 comunidade civil; João Manuel M. Coutinho, representante discente de graduação;  
35 Josiene Silva, representante da comunidade civil; Nasser Ali Daghanli, representante  
36 docente do CECS; Ricardo Senese, representante discente de graduação; Rodrigo Reis de  
37 Oliveira, representante discente de graduação; Sérgio Daishi Sasaki, representante  
38 docente do CCNH. Não-votantes: Ivan Fiorelli, substituto oficial da secretária-geral;  
39 Fabiane Alves, chefe da Divisão de Conselhos; Patrícia Guilhermitti Pereira, chefe da  
40 Divisão de Convênios e Marina França, assistente social. Apoio: Aline Regina Bella e  
41 Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo  
42 quórum legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às  
43 14h20, justificando a reunião extraordinária pela necessidade de esgotar-se a pauta com a



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UFABC FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 01/2013  
EXTRAORDINÁRIA

1 atual composição do ConsUni. Ainda, necessita-se cumprir o prazo da aprovação do  
2 relatório de gestão 2012. Para que se garanta a completude da pauta, os informes do reitor  
3 e dos conselheiros serão tratados ao final da sessão. **Ordem do dia:** Ata da II sessão  
4 ordinária de 2012, realizada nos dias 25 de setembro, 30 de outubro, 13 de novembro e 5  
5 de dezembro de 2012. Professor Klaus Capelle solicita substituição da palavra “espaço”  
6 pela palavra “gestão” na página 29, linha 16. Não havendo mais alterações. Encaminha-se  
7 o documento para votação. Aprovado por unanimidade. Minuta de Resolução que cria e  
8 dispõe sobre as Comissões de Pesquisa dos Centros da UFABC. Professor Arnaldo inicia  
9 relatoria expondo o histórico da proposta: “*Por ocasião da discussão da Resolução*  
10 *ConsEPE nº 127, de 5 de abril de 2012, foi sugerido por aquele Conselho Superior a*  
11 *criação de comissões de pesquisas nos Centros na UFABC por parte do Conselho*  
12 *Universitário. Essa proposta chegou ao ConsUni na continuação de sua III sessão*  
13 *ordinária de 2012, realizada em fevereiro de 2013. Na ocasião da III sessão ordinária,*  
14 *foi apresentada a minuta de resolução que dispõe sobre esse tema. A minuta foi bem*  
15 *recebida e as discussões se centraram basicamente no Art. 4º, que regulamenta o perfil*  
16 *dos membros da Comissão de Pesquisa (CdP) dos Centros e o Art. 5º, que dispõe sobre o*  
17 *mandato dos membros da CdP.”* Prossegue elencando sugestões de alteração do texto, a  
18 saber: 1) no Art. 4º: a) inciso I, onde se lê: “*Ser bolsista produtividade do CNPq[...]*”,  
19 leia-se “*Ser Bolsista Produtividade ou Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico*  
20 *Industrial do CNPq ou equivalente.*”; b) inciso II, onde se lê “*Ser, ou ter sido, nos*  
21 *últimos dois (2) anos, pesquisador principal de um auxílio à pesquisa da Fapesp, do*  
22 *CNPq ou de outra agência de fomento que usa avaliação por pares como critério para a*  
23 *concessão dos auxílios.*”, leia-se “*Ser, ou ter sido, no último ano,[...]*”, pois considera  
24 que dois anos seja um prazo excessivamente longo; c) inciso III, onde se lê “*Ter uma*  
25 *patente depositada no INPI ou em institutos equivalentes.*”, leia-se “*Ter uma patente*  
26 *aceita no INPI ou em institutos equivalentes, nos últimos 15 anos.*”, por corresponder ao  
27 tempo de validade de uma patente licenciada até essa tornar-se de domínio público; d)  
28 inclusão, ao final do Art., de um parágrafo único com a seguinte redação: “*Os membros*  
29 *da CdP devem apresentar o(s) requisito(s) listado(s) de (i) a (iv) na posse de seus*  
30 *mandatos.*”; 2) no Art. 5º, onde se lê “*O mandato dos membros da CdP é de 1 (um) ano,*  
31 *sendo permitidas até 2 (duas) reconduções consecutivas.*”, leia-se “*O mandato dos*  
32 *membros da CdP é de 1 (um) ano, sendo permitida 1 (uma) recondução consecutiva.*”  
33 Por fim, apresenta parecer favorável à aprovação da minuta, incorporadas as  
34 modificações solicitadas. Abre-se para discussão. Professor Klaus Capelle, na qualidade  
35 de demandante da proposta, acata todas as sugestões, com exceção dos itens “a” e “c”.  
36 Quanto à “a”, explica que, pela nomenclatura do Conselho Nacional de Desenvolvimento  
37 Científico e Tecnológico (CNPq), há dois tipos de bolsistas: bolsista por atividade em  
38 pesquisa e bolsista por atividade em desenvolvimento tecnológico. Assim, a redação do  
39 texto original já contempla ambos os casos. Quanto à “c”, afirma concordar com a  
40 inclusão do tempo de 15 anos, mas expõe que a ideia inicial era de que fosse necessário  
41 ao membro ter uma patente depositada, não necessariamente aceita, o que é mais  
42 restritivo. Prefere que seja exigido apenas o depósito. Professor Marcelo Bussotti entende  
43 que o prazo de 15 anos seja muito longo, mesmo para o depósito. Professor Arnaldo



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UFABC FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 01/2013  
EXTRAORDINÁRIA

1 explica que o tempo de validade de uma patente é de 15 a 20 anos e, por isso, sugeriu  
2 esse prazo, que considera razoável. Professor Gilberto preocupa-se com o fato de que,  
3 com o alto nível de exigências, torne-se difícil encontrar pesquisadores que queiram ser  
4 membros dos CdPs. Professor Waldman explica que as condições expostas no Art. 4º não  
5 são cumulativas, o que torna as exigências menos restritivas. Professora Sônia corrobora  
6 com a fala do professor Waldman. Ainda, expõe que o inciso IV do Art. 4º permite aos  
7 Centros maior flexibilidade, pois define que seus Conselhos decidirão considerar, ou não,  
8 o notório saber de um pesquisador, independentemente do cumprimento das outras  
9 exigências elencadas no *caput*. Havendo acordo entre a área demandante e o relator,  
10 professor Waldman encaminha o item para votação. Aprovado por unanimidade. Minuta  
11 de Resolução que altera a Resolução ConsUni nº 61. Professor Gilberto apresenta o  
12 contexto histórico da minuta: “*A proposta de alteração da referida Resolução surgiu da*  
13 *experiência acumulada da CPCO desde sua criação, em março de 2011, sendo uma de*  
14 *suas competências, propor adequações à Resolução em vigor. A Minuta de Resolução foi*  
15 *apresentada como pauta suplementar no Expediente da continuação da III sessão*  
16 *ordinária do ConsUni de 2012, em 5 de fevereiro de 2013, tendo sido sugerida apenas*  
17 *uma alteração, incorporada no texto da atual versão.*” Prossegue, realizando a leitura de  
18 sua análise: “*O Art. 3º, que institui o FUNPEX, foi bastante alterado a partir do*  
19 *parágrafo 3º, que determina a composição do Conselho Gestor (CG) desse fundo. A*  
20 *proposta em análise prevê que o CG passe a ser presidido pelo pró-reitor de extensão e*  
21 *contar com um representante docente de cada Centro indicado pelo seu Conselho e um*  
22 *representante dos servidores técnico-administrativos e um dos discentes, membros do*  
23 *ConsUni e por ele indicados. Foi também feita uma alteração de nomenclatura, com a*  
24 *definição da expressão ‘Termo de Colaboração Técnico-Científico’ (TCTC) para*  
25 *retratar acordos ou ajustes que a instituição venha a celebrar com a iniciativa privada*  
26 *envolvendo transferência de recursos financeiros desta, em lugar da expressão*  
27 *‘Convênio’. Também se substituiu o termo ‘overhead’ pela expressão em português*  
28 *‘Taxa de Ressarcimento Institucional’ (TRI). Estas substituições provocaram alterações*  
29 *em várias partes do texto da Resolução nº 61, inclusive no nome e acrônimo da CPCO,*  
30 *que passou a se chamar Comissão Permanente de Convênios (CPCo). Ainda são dignas*  
31 *de nota também a padronização da TRI, prevista no Art. 1º, em 18%, com a previsão de*  
32 *um teto máximo de 10% para a fundação de apoio, em caso de sua interveniência e a*  
33 *previsão de competência da CPCo em revê-la em casos específicos. Finalmente destaca-*  
34 *se a inclusão de um artigo (Art. 9º) com a previsão de apresentação anual de relatório*  
35 *anual ao ConsUni.*” Por fim, posiciona-se favorável à aprovação da Minuta de Resolução  
36 apresentada na íntegra, sem alterações. Abertas as discussões, professora Itana propõe  
37 alteração no § 2º do Art. 1º de “*A TRI será de 18% (dezoito por cento)[...]*” para “*A TRI*  
38 *será de, pelo menos, 18% (dezoito por cento)[...]*”. Ainda, acredita que, no Art. 7º, que  
39 institui a composição da CPCo, deva ser retirado o inciso V, que determina o  
40 coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) como membro, pois, como esse  
41 Núcleo é subordinado à ProPes, essa contará com dois membros, havendo  
42 desproporcionalidade em relação às outras Pró-Reitorias. Professor Marville suscita a  
43 discussão quanto à distribuição das taxas de *overhead* da UFABC. Argumenta que a



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UFABC FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 01/2013  
EXTRAORDINÁRIA

1 Reitoria recebe 30% do total, pois a Prefeitura Universitária (PU) faz parte dela. Propõe  
2 uma inversão nas taxas: 30% para a unidade executora, 10 % para a Reitoria e 10% para a  
3 PU. Professora Itana complementa que, caso a Reitoria seja a unidade executora, contará  
4 com ainda mais recursos. Professor Klaus Capelle explica que 18% já é uma taxa alta,  
5 acima do que as empresas estão dispostas a pagar, além de ser o valor máximo previsto  
6 pelo convênio com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep). Caso  
7 estabeleça-se o piso de 18%, excluir-se-á um grande leque de parceiros econômicos.  
8 Considera interessante, portanto, que a UFABC tenha flexibilidade para reduzir ou  
9 aumentar esse valor, a fim de estabelecer mais parcerias. Quanto à composição da CPCo,  
10 gostaria de mantê-la conforme o proposto, uma vez que o NIT, embora seja vinculado à  
11 Propes, possui autonomia operacional e seu coordenador e o pró-reitor de pesquisa  
12 possuem competências complementares. Quanto à sugestão de professor Marvulle, afirma  
13 que, pessoalmente, não é contrário, mas não se sente confortável em acatá-la. Professor  
14 Waldman considera que o desbalanceamento quanto às taxas de *overhead* é proporcional  
15 ao tamanho das comunidades, Reitoria e Centros. Propõe a atribuição de 25% para a  
16 unidade executora, 15% para a Reitoria e 10% para a PU. Professora Rosana Denaldi  
17 mostra-se favorável ao aumento da porcentagem das taxas para as unidades executoras.  
18 Solicita, porém, que os 20% atribuídos à Reitoria permaneçam inalterados, pois são  
19 utilizados para constituir a reserva técnica, que já é pequena. Professor Marvulle propõe,  
20 então, as porcentagens de 25% para as unidades executoras, 20% para a Reitoria e 5 %  
21 para a PU. Proposta acatada. Professor Kamienski afirma não haver clareza quanto às  
22 taxas para projetos que se enquadram no Art. 6º, que dispõe que “*A TRI não incidirá*  
23 *sobre recursos oriundos da União, Estados Municípios, agências de fomento ou*  
24 *instituições análogas.*” Quanto à distribuição dos recursos, considera que a demanda de  
25 recursos da UFABC recai sobre a Reitoria necessitando ela, assim, de mais recursos em  
26 relação aos Centros. Professora Itana considera que a resolução deva fixar uma  
27 porcentagem para a TRI ou, apenas, dispor que a CPCo deliberará caso a caso. Reforça  
28 ser favorável a apenas um membro da Propes integrar a Comissão, o coordenador do NIT  
29 ou o pró-reitor de pesquisa. A respeito da observação apresentada por professor  
30 Kamienski, professor Klaus Capelle afirma que o Art. 6º dispõe que não se pode aplicar a  
31 TRI sobre recursos de qualquer órgão público. Informa não haver ambiguidade. O que  
32 ocorre com convênios em outras instâncias é uma negociação para incluir a Fundação ou  
33 não. Caso a Fundação não seja incluída, a UFABC tem completa liberdade para definir a  
34 taxa, em acordo com o pesquisador. Caso contrário, devem-se seguir as regras da  
35 Fundação. Quanto às propostas da professora Itana, explica que, estrategicamente, a não  
36 definição do índice de 18% pode ser problemática, uma vez que uma Resolução do  
37 Conselho máximo da UFABC funciona como parâmetro de negociação junto às  
38 empresas. Entende, porém, que deve haver certa flexibilidade, mostrando-se favorável ao  
39 disposto que dá poderes deliberativos à CPCo. Com relação à composição da Comissão,  
40 acredita que, ao se tratar de questões técnicas, e não políticas, o mais importante é a  
41 competência que cada membro representa naquela comissão. Professora Itana expõe que  
42 uma resolução não deve ser instrumento para negociação. Elenca suas propostas: 1)  
43 alteração no § 2º do Art. 1º de “*A TRI será de 18% (dezoito por cento) [...] para “A TRI*



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UFABC FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 01/2013  
EXTRAORDINÁRIA

1 *será de, pelo menos, 18% (dezoito por cento)[...]”;* 2) retirada do inciso V do Art. 7º, que  
2 elenca o coordenador do NTI como membro da CPCo. O representante dos técnicos  
3 administrativos, Ronny Mattos, passa a palavra para Patrícia Guilhermitti, chefe da  
4 Divisão de Convênios que expõe que a presença do coordenador do NIT contribui com a  
5 agilidade dos processos dos convênios. Quanto às taxas, mostra-se favorável à sua  
6 manutenção na Resolução. Quanto ao suscitado por professor Kamienski, referente a não  
7 se ter meios para saber, ao certo, quanto será cobrado pela fundação de apoio, afirma que  
8 se estabeleceu um teto. Professor Waldman reflete ser importante haver uma taxa básica  
9 que sinalize o valor a ser ressarcido à UFABC. Concorda que o índice de 18% seja baixo,  
10 se comparado aos índices de outras instituições mais antigas, mas é pouco provável que  
11 essas instituições, caso fossem recentes como a UFABC, estabelecessem taxas tão altas.  
12 Não havendo mais inscritos encaminha as propostas de professora Itana para votação.  
13 Proposta “1” não aprovada com 3 votos favoráveis, 16 contrários e 8 abstenções.  
14 Proposta “2” não aprovada com 4 votos favoráveis, 18 contrários e 6 abstenções.  
15 Encaminha para votação o documento como um todo. Aprovado por unanimidade.  
16 Minuta de Resolução que institui a Comissão de Políticas Afirmativas da UFABC  
17 (CPAf). O representante dos discentes de pós-graduação, Josué, inicia apresentação de  
18 seu relato. Sintetiza a proposta expondo que seu objetivo é dar suporte a e democratizar  
19 as ações da ProAP. Propõe que, no Art. 1º, sejam retirados os incisos X e XI, garantindo  
20 o sigilo das questões vivenciadas pelos estudantes. No Art. 2º, que trata da composição da  
21 CPAf, sugere que sejam 2 representantes dos técnicos administrativos, sendo 1 da ProAP  
22 e que se acrescente um representante da comunidade civil. Por fim, posiciona-se  
23 favorável à aprovação da proposta, consideradas as alterações solicitadas. Gustavo Galati,  
24 representando a área demandante, não se opõe à proposta apresentada para o Art. 2º,  
25 porém, acredita que seria muito difícil encontrar um membro da comunidade civil que  
26 desejasse exercer participação ativa na Comissão. Quanto ao Art. 1º, inciso X, afirma que  
27 o auxílio emergencial é um dos onze auxílios disciplinados na Resolução ConsUni nº 88.  
28 Explica que, diferentemente dos outros, ele não pode ser disciplinado, justamente por seu  
29 caráter emergencial. Assim, é o único que necessita de homologação. Explica que  
30 concordaria com uma alteração do texto para que a concessão do Auxílio Emergencial  
31 seja aprovada *ad referendum* e, posteriormente, homologada pela Comissão. Em relação  
32 ao inciso XI, ressalta consistir em mais uma possibilidade recursal para os discentes, o  
33 que considera, a eles, benéfico. Professor Waldman observa que, ao ser revelada uma  
34 informação sigilosa à Comissão, é necessário estabelecer-se que seus membros  
35 mantenham a obrigação de sigilo. Na ata da reunião, deverá constar apenas o que foi  
36 decidido. Como ocorre na CPCo, poderia ser assinado um termo de confidencialidade,  
37 sob pena de sanções disciplinares. O discente Leonardo Varallo considera de fundamental  
38 importância que se deixe claro aos alunos que sua situação poderá ser discutida pelos  
39 membros da Comissão, devendo eles expressar sua concordância por escrito. O  
40 representante dos técnicos administrativos, Marcelo Breganhola, percebe que se deva  
41 preservar ao máximo a identidade da pessoa perante a Comissão. Passa a palavra para  
42 Marina França, assistente social da ProAP, que informa que qualquer pessoa que se sentir  
43 lesada pela análise de vulnerabilidade realizada por um assistente social poderá recorrer



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UFABC FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 01/2013  
EXTRAORDINÁRIA

1 ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Acredita que seja preciso trabalhar  
2 para não submeter os discentes a situações vexatórias. Porém, aqueles que não têm o  
3 conhecimento técnico do assistente social poderão ser influenciados por discursos que  
4 podem não condizer com a realidade. Ressalta que, ao contrário do que se pensa, os  
5 assistentes sociais não trabalham com critérios subjetivos. Professor Marville parabeniza  
6 a iniciativa da ProAP em criar um conselho como seu órgão máximo. Acredita que a  
7 iniciativa de permitir o recurso aos alunos não menospreza o trabalho dos assistentes  
8 sociais, mas acrescenta uma instância de análise. O representante discente da pós-  
9 graduação, Josué, lembra que sua relatoria propõe a presença de 2 (dois) técnicos  
10 administrativos na Comissão, podendo, inclusive, haver a presença de um assistente  
11 social da ProAP, o que permitiria uma visão mais técnica quanto aos recursos. Professor  
12 Comarú sugere que no Art. 2º, o representante da sociedade civil seja apresentado pela  
13 Comissão e submetido à sua aprovação. O representante discente da pós-graduação  
14 Sérgio Custódio mostra-se favorável à presença de 1 (um) técnico administrativo da  
15 ProAP na Comissão. Professor Waldman considera que o recurso à Comissão e o recurso  
16 ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) têm aspectos diferentes e poderão  
17 ocorrer concomitantemente. Expõe que a política afirmativa é uma política pública e a  
18 UFABC, ao adotar essa política, torna-se por ela responsável, devendo realizar o devido  
19 acompanhamento. Assim, considera correta a manutenção da Comissão como instância  
20 superior para receber recursos. Marcelo Breganhola esclarece que o representante técnico  
21 administrativo da ProAP sugerido pelo relator não será, necessariamente, um assistente  
22 social. Passa a palavra para Marina França, que afirma concordar plenamente com a  
23 existência de um órgão superior para análise de recursos. Mostra-se favorável à presença  
24 de um assistente social na Comissão, pois sua função é, justamente, acompanhar as  
25 políticas públicas da UFABC. Indaga quanto à frequência de reuniões da CPAf, pois  
26 afirma receber solicitações de esclarecimentos diariamente. Professor Arnaldo registra  
27 que o relator não assinou seu relato, o que pode gerar questionamentos quanto às  
28 deliberações do ConsUni. Ainda, afirma não estar claro se o segundo técnico  
29 administrativo a compor a CPAf será, necessariamente, um assistente social. Professor  
30 Waldman agradece e corrobora o alerta do Professor Arnaldo. O conselheiro Galati  
31 observa que a introdução da possibilidade de recurso aos alunos não se dá por dúvidas  
32 quanto ao trabalho técnico dos assistentes sociais. Josué esclarece que o parecer do  
33 relator foi assinado e que não se trata do mesmo documento que foi distribuído aos  
34 conselheiros pelo sindicato. Professor Waldman encaminha as sugestões para votação: 1)  
35 retirada dos incisos X e XI do Art. 1º. Não aprovado com 4 votos favoráveis, 18  
36 contrários e 4 abstenções; 2) inclusão da expressão “*ad referendum*” no inciso X do Art.  
37 1º. Acatado pela área demandante; 3) alteração do texto do inciso XI do Art. 1º, de modo  
38 a se prever a manutenção do sigilo sobre a identidade e informações pessoais do aluno, a  
39 menos que a divulgação seja por ele expressamente autorizada. Acatado pela área  
40 demandante; 4) substituição, no Art. 6º, do pró-reitor de assuntos comunitários e políticas  
41 afirmativas pelo presidente da Comissão. Acatado pela área demandante. Não havendo  
42 mais sugestões, professor Waldman encaminha o documento como um todo para votação.  
43 Aprovado por unanimidade. Relatório de Gestão 2012. Professor Gilberto contextualiza



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UFABC FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 01/2013  
EXTRAORDINÁRIA

1 os Conselheiros, informando que no mês de outubro de 2012, a ProPlaDI encaminhou às  
2 Áreas de Execução Orçamentária (AEO) da UFABC um calendário que previa os  
3 diversos momentos da construção do documento. Explica que se trata de um relatório de  
4 execução do que foi realizado no ano. Realiza leitura do parecer da Comissão de  
5 Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA): “*Professora Rosana Denaldi relatou*  
6 *que a UFABC Federal do ABC (UFABC), por ser um órgão público da administração*  
7 *indireta, não vinculada diretamente à Presidência da República, fica obrigada a prestar*  
8 *contas ao Congresso Nacional, representado pelo Tribunal de Contas da União – TCU,*  
9 *conforme artigo nº 70 da Constituição Federal. Para orientar os órgãos prestadores de*  
10 *contas para disponibilização de informações essencialmente relevantes e para*  
11 *padronizar os Relatórios de Gestão, são emitidas anualmente uma Decisão Normativa e*  
12 *uma Portaria, ambas do TCU, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os*  
13 *prazos de apresentação do Relatório. A Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e a*  
14 *Portaria TCU nº 150/2012 foram os dispositivos legais que embasaram a elaboração do*  
15 *Relatório de Gestão do exercício 2012. Acrescentou que, além das informações já*  
16 *solicitadas no ano anterior, incluíram-se: (i) organograma funcional; (ii) planejamento e*  
17 *objetivos estratégicos e macroprocessos finalísticos e de apoio. Explicou que há*  
18 *informações bastante técnicas e específicas produzidas por algumas áreas, em especial:*  
19 *PROAD, NTI, Prefeitura Universitária, Auditoria Interna e Secretaria-Geral, que ainda*  
20 *estão sendo conferidas e formatadas pela ProPlaDI, sem que houvesse tempo hábil para*  
21 *prepará-las antecipadamente, e constam no Anexo ao Relatório de Gestão encaminhado*  
22 *à CANOA. Entretanto, comunicou que após os ajustes e complementações necessários,*  
23 *essas informações serão encaminhadas aos conselheiros do ConsUni, antes da sessão de*  
24 *deliberação do Relatório. Em discussão, foram levantados alguns pontos no tocante à*  
25 *elaboração do documento, para os quais, professora Rosana, auxiliada pelos servidores*  
26 *Vanessa e Leonardo, esclareceu ao que lhe foi solicitado. Findos os esclarecimentos e*  
27 *discussões, professor Waldman questionou a Comissão quanto ao encaminhamento. Por*  
28 *unanimidade, a CANOA encaminhou o documento para a inclusão do item na Ordem do*  
29 *Dia da sessão extraordinária do ConsUni, a ser realizada no dia 14 de março de 2013,*  
30 *recomendando a sua aprovação.” Professor Waldman agradece a exposição e abre o*  
31 *tema para discussão. Professora Rosana explica que a produção do relatório segue uma*  
32 *norma técnica que é frequentemente alterada. Ainda, informa que não é prerrogativa da*  
33 *ProPlaDI a definição do roteiro do documento, devendo adequar-se ao modelo. Não*  
34 *havendo mais inscritos, Professor Waldman encaminha o item para votação. Aprovado*  
35 *por unanimidade. Finalizada a pauta, professor Waldman passa à seção dos **Informes da***  
36 **Reitoria**. 1) informa que, a respeito das eleições para reitor e vice-reitor, o Ministério da  
37 Educação (MEC) estabeleceu nova norma técnica a respeito do assunto, alterando um  
38 pressuposto que, em 2009, permitia às universidades, que optassem por eleições  
39 separadas para os cargos de reitor e vice-reitor. A nova norma técnica estabelece que as  
40 eleições possam ocorrer por meio de chapas. Assim, explica que a Reitoria irá alterar a  
41 proposta já discutida anteriormente, a fim de propor as eleições por chapas; 2) comunica  
42 que o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFABC passa por uma crise de  
43 governança. Salienta que a Reitoria está atenta a esse fato e tomando providências quanto



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UFABC FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 01/2013  
EXTRAORDINÁRIA

1 ao assunto, não sendo, porém, as providências solicitadas pelos servidores da referida  
2 área. Cita que a exigência de exoneração do atual coordenador do cargo, poderia ser uma  
3 arbitrariedade sem a apuração dos fatos. Afirma que foi solicitada a abertura de uma  
4 sindicância para apuração de fatos, o que foi acatado pela Reitoria. Tomou-se então a  
5 iniciativa de mobilizar o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e  
6 Comunicação (CETIC) quanto a questão. Passa a palavra para professor Dalpian,  
7 presidente do Comitê, para mais esclarecimentos. Ele explica que o CETIC é um órgão  
8 autônomo que responde sobre todas as questões relativas à TI. Relata a ocorrência de uma  
9 reunião, na última semana, que contou com a presença de todos seus membros, além do  
10 administrador do CETIC e quatro servidores do NTI. Foram ouvidas ambas as partes,  
11 servidores e coordenador, e não se constatou nenhuma falha grave por parte do último  
12 que justificasse sua exoneração do cargo. O motivo principal da manifestação por parte  
13 dos servidores foi a cobrança de um semanário pelo coordenador. Ao final da reunião, o  
14 CETIC declarou seu apoio ao coordenador, não por unanimidade, uma vez que o  
15 representante dos TAs foi contrário ao apoio. Ressalta que não há risco de nova  
16 paralisação dos servidores. Acrescenta que o CETIC marcou reuniões para resolver a  
17 crise de gestão, com a necessidade de reformulação dos modelos percebidos no Núcleo.  
18 Há uma proposta encaminhada pelos servidores ao CETIC, denominada por “Conselho  
19 de Gestão NTI”. Finaliza, afirmando que talvez seja o momento de uma reestruturação  
20 profunda no NTI para que se possa perceber uma mudança qualitativa na Área. Tais  
21 mudanças serão submetidas a este Conselho. **Informes dos Conselheiros:** 1) o  
22 representante dos técnicos administrativos, Marcelo Breganhola, faz um apelo para que o  
23 ConsUni se preocupe com o que ocorre no NTI, uma vez que está instalada uma crise de  
24 governança. Agradece ao CETIC por trabalhar na questão; 2) professora Rosana informa  
25 que o ConsUni aprovou uma Resolução que prevê que as alterações no orçamento  
26 deverão ser trazidos ao Conselho. Explana sobre programa do governo chamado  
27 “Esplanada Sustentável”, que possui como objetivo a redução de 10% dos custos  
28 relacionados à sustentabilidade ambiental. Contudo, tal redução terá como base os custos  
29 realizados no ano de 2012, quando a UFABC passou pelo período de greve. Além disso,  
30 com a ampliação do espaço físico do câmpus São Bernardo do Campo, ressaltou que se  
31 torna impraticável atingir a referida redução. Contudo, ressaltou que trabalharão com a  
32 hipótese da não redução, mediante justificativa; 3) professor Derval informa que o  
33 câmpus São Bernardo do Campo receberá visita de avaliadores do Instituto Nacional de  
34 Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), para autorização do curso de bacharelado em  
35 Políticas Públicas; 4) professor Klaus lembrou que na sessão do ConsUni de dezembro  
36 de 2012, professora Itana solicitou um posicionamento da Pró-Reitoria de Pesquisa  
37 (ProPes) acerca da alocação dos pesquisadores. Comunica que tais informações já estão  
38 disponíveis para consulta por parte de qualquer membro da comunidade da UFABC.  
39 Finaliza ressaltando que a questão da alocação é muito dinâmica, dada a rotatividade de  
40 professores que acaba por disponibilizar novos locais a outros docentes; 5) professor  
41 Marville agradece aos Conselheiros que estão em fim de mandato, acrescentando que as  
42 discussões ocorridas ao longo desses dois anos foram saudáveis. Espera que o debate de  
43 ideias possa ter continuidade, uma vez que considera o ambiente democrático salutar para





**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UFABC FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 01/2013  
EXTRAORDINÁRIA

1 a UFABC; 6) professor Gilberto comunica que o curso de Engenharia Aeroespacial já  
2 está habilitado e os egressos poderão credenciar-se junto ao Conselho Regional de  
3 Engenharia e Agronomia (CREA) sob o título de Engenheiro Aeronáutico; 7) professor  
4 Kamienski informa que, na semana anterior a Coordenação de Aperfeiçoamento de  
5 Pessoal de Nível Superior (CAPES) aprovou mais 2 cursos fazendo com que a UFABC  
6 possua agora 18 programas de pós-graduação. Informa ainda que CAPES aprovou um  
7 novo mestrado em rede nacional, em Física. Docentes da UFABC, ligados à área, foram  
8 convidados a participar do projeto e a ideia é que a partir de agosto eles iniciem as  
9 atividades. A adesão formal ao projeto será submetida aos Conselhos nas próximas  
10 sessões; 8) professor Francisco Comarú informa que a Pró-Reitoria de Extensão (ProEx)  
11 possui uma sala no piso vermelho, no Bloco A, procurando estar aberta em todos os  
12 períodos, para atender a comunidade. Foi verificado um aumento de solicitações e  
13 entrada de processos após essa mudança. Informa ainda que estão iniciando 8 cursos de  
14 Inglês e 1 de Português para estrangeiros junto à comunidade acadêmica. Há também um  
15 projeto de ampliação de oferta do número de vagas para Escola Preparatória para alunos  
16 da rede pública de região que irão prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);  
17 9) os Conselheiros Ronny e Sérgio Custódio agradecem a participação no ConsUni ao  
18 longo do último ano. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o  
19 reitor agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 17h11. Do que para constar,  
20 nós, Fabiane Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Aline Regina Bella e Thiene Pelosi  
21 Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral, em conjunto com a  
22 secretária-geral, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo magnífico reitor,  
23 professor doutor Helio Waldman e pelos demais presentes à sessão.

Fabiane Alves  
Chefe da Divisão de Conselhos

Aline Regina Bella  
Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani  
Assistente em Administração

Ivan Fiorelli  
Substituto da secretária-geral

Helio Waldman  
Reitor